

INSERÇÃO DA AGROECOLOGIA NA PRÁXIS EDUCATIVA DO MST

INSERTION OF AGROECOLOGY INTO MST EDUCATIONAL PRAXIS

Alex Verdério ¹

Valter de Jesus Leite ²

Dionara Soares Ribeiro ³

Resumo

O artigo aborda elementos da inserção da Agroecologia na práxis educativa do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Tem por base a pesquisa bibliográfica e documental e a vinculação com a luta pela terra. Consideradas as conexões entre Agroecologia e educação na construção e afirmação da Pedagogia do Movimento, busca evidenciar a concretização desse processo no contexto da reforma agrária. Faz referência à elaboração prático-teórica dos Sem Terra a partir do delineamento e efetividade de seu Programa Agrário. Verifica a produção de um conjunto de materiais que coloca em evidência a apreensão da Agroecologia com ênfase nas suas conexões com a educação. Destaca ações voltadas para a formação de educadores(as), com especial atenção a sete edições regionais dos Cursos Básicos de Agroecologia e Educação, ocorridos entre 2016 e 2023. Registra a publicação de quinze cadernos, boletins e livros voltados para a temática da Agroecologia e educação. Verifica que tal elaboração está colocada como produto e, ao mesmo tempo, tem subsidiado a realização de inúmeras ações, tais como: os Concursos Nacionais, a Jornada Cultural e o Plano Nacional Plantar Árvores, Produzir Alimentos Saudáveis. No que tange à formação de educadores(as), elenca a realização de dois Cursos de Especialização, de seis Seminários e de sete edições regionais do Curso Básico de Agroecologia e Educação. Sendo esse último tido como ação fundamental na promoção e massificação das conexões entre Agroecologia e educação na práxis educativa no contexto da Reforma Agrária Popular e que tem sido impulsionada pela luta dos Sem Terra no Brasil.

Palavras-chave: Reforma Agrária Popular; Pedagogia do Movimento; Formação de Educadores.

Dossiê: Artigo Original: Recebido em 15/06/2025 – Aprovado em 31/10/2025 – Publicado em: 29/12/2025

¹ Graduado em Pedagogia para Educadores do Campo pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), Especialista em Trabalho, Educação e Movimentos Sociais pela Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV-FIOCRUZ) e Mestre em Educação pela UNIOESTE, Doutor em Educação pela Universidade Federal do Paraná (UFPR) e Pós-Doutorado em Educação em andamento pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB. Amargosa, Bahia, Brasil. e-mail: alexverderio7@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0492-654>

² Graduado em Pedagogia para Educadores do Campo pela UNIOESTE, Especialista em Trabalho, Educação e Movimentos Sociais pela EPSJV-FIOCRUZ e Mestre em Educação pela UNIOESTE, Doutor em Educação pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). Integrante do Fórum Nacional da Educação do Campo (Fonec), a Comissão Nacional da Educação do Campo (CONEC) e a Comissão Pedagógica Nacional do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (CPN Pronera). Membro da Coordenação Nacional do Setor de Educação do MST. Brasília, Distrito Federal, Brasil. e-mail: valterleitemspr@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3896-1654>

³ Graduada em Educação do Campo pela Universidade de Brasília, Especialista em Trabalho Educação e Movimentos Sociais pela Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio EPSJV, Mestra em Educação do Campo pela UFRB. Escola Popular de Agroecologia e Agrofloresta Egídio Brunetto - EPAAEB. Prado, Bahia, Brasil. e-mail: dionarasr@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6587-4591>

Abstract

The article deals with elements of the inclusion of Agroecology in the educational practice of the Landless Rural Workers Movement. It is based on bibliographic and documentary research and links with the struggle for the land. Considering the connections between Agroecology and education in the construction and affirmation of the Pedagogy of the Movement, it seeks to demonstrate the realization of this process in the context of agrarian reform. It refers to the practical-theoretical elaboration of the Landless from the delineation and effectiveness of its Agrarian Program. It verifies the production of a set of materials that highlights the apprehension of Agroecology with emphasis on its connections to education. Highlights actions aimed at training educators, with special attention to seven regional editions of the Basic Courses of Agroecology and Education, which took place between 2016 and 2023. It records the publication of fifteen notebooks, newsletters and books focused on the topic of Agroecology and education. It notes that this preparation is placed as a product and, at the same time, has subsidized the realization of numerous actions, such as: National Competitions, Cultural Day and National Plan Planting Trees, Producing Healthy Food. As regards the training of educators, it lists two Specialization Courses, six Seminars and seven regional editions of the Basic Course of Agroecology and Education. The latter being considered as fundamental action in the promotion and massification of connections between Agroecology and education in the educational praxis in the context of the People's Agrarian Reform and that has been driven by the struggle of the Landless in Brazil.

Keywords: Popular Agrarian Reform; Pedagogy of the Movement; Educator Training.

1 Introdução

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), em suas mais de quatro décadas de existência, tem se afirmado como um importante instrumento de luta pela terra, por reforma agrária e por transformações sociais. Tais objetivos, assumidos na gênese desse Movimento Social, têm sido materializados na luta dos Sem Terra, possibilitando, “[...] acesso à terra e às condições dignas de viver e produzir a existência no campo brasileiro, incidindo na formulação de um projeto societário que, nos limites das contradições postas, está sustentado na busca pela emancipação humana” (Verdério; Silva, 2024, p. 2).

Nesse quadro, o MST coloca-se como um Movimento Social que, a partir da ocupação de terras improdutivas, assume a organização de acampamentos e assentamentos por todo território nacional, na defesa e efetividade da Reforma Agrária Popular (MST, 2024; 2025a). Isso reflete uma atuação incisiva frente à concentração de terras e na luta e mobilização por um projeto societário que tenha como perspectiva o desenvolvimento humano.

Dada sua própria identidade organizativa, o MST é constituído pela família Sem Terra. Isso inclui as gerações de trabalhadores(as) Sem Terra – homens e mulheres, adultos, idosos, jovens, adolescentes e crianças – que assumem a condição de protagonistas de toda ação coletiva organizada no Movimento Social. De acordo com informações dispostas em sua página oficial na *internet*, “o Movimento Sem Terra está organizado em 24 estados nas cinco regiões

do país. No total, são cerca de 450 mil famílias que conquistaram a terra por meio da luta e organização dos trabalhadores rurais” (MST, 2025b).

Um marco importante desse processo foi registrado em 1979, com a ocupação da Fazenda Sarandi e a constituição dos Acampamentos de Magali e Brilhante, em Ronda Alta - RS, na Região Sul do país (Morissawa, 2001). E conforme registros de Stedile e Fernandes (2012), no início da década de 1980, as mobilizações e as ações de solidariedade ao Acampamento da Encruzilhada Natalino, também localizado em Ronda Alta - RS, delinearam as balizas do que seria a maior organização de trabalhadores(as) rurais Sem Terra no Brasil.

Esse processo culminou na articulação que deu base para a realização do 1º Encontro Nacional dos Sem Terra, que teve sua ocorrência entre os dias 20 e 22 de janeiro de 1984, tido como momento de constituição do MST.

A partir de tal estruturação e da efetiva incidência na luta pela terra no Brasil, o MST, ao longo de seus mais de quarenta anos de existência, organizou e realizou seis Congressos Nacionais e, em desdobramento dessa concretude, realizou ainda dois Encontros Nacionais de Educadores(as) da Reforma Agrária.

De acordo com apontamentos de Wanderley (2025), os Congressos Nacionais são tidos como importantes momentos que consolidam as pautas e aspirações em relação à reforma agrária e à luta pela terra em cada período histórico.

Já no que diz respeito aos Encontros Nacionais de Educadores(as), Silva (2020, p. 35-36), registra que:

[...] só existiram dois encontros desse porte até o momento e que eles se constituem momentos que expressam uma síntese histórica muito relevante para compreendermos a educação no/do MST. Salientamos que o “I Encontro Nacional de Educadoras e Educadores da Reforma Agrária” (I ENERA) foi realizado em 1997 e, apenas em 2015, efetivou-se o II ENERA. Ou seja, somente dezoito anos depois foi possível e viável construir o II ENERA.

Na afirmação da luta, com a contínua necessidade de debates e aprimoramentos de sua estrutura organizativa e frente os desafios atuais, o MST, em preparação ao seu 7º Congresso Nacional (MST, 2024; 2025a), atualmente tem instituído em sua estrutura orgânica sete setores e quatro coletivos, sejam eles, os Setores de Frente de Massa, de Produção, Cooperação e Meio Ambiente, de Educação, de Formação, de Finanças, de Saúde e de Comunicação e Cultura; e os Coletivos de Gênero, da Juventude, das Relações Internacionais e LGBT Sem Terra.

Nessa estrutura organizativa e no fazer da luta concreta dos Sem Terra, a educação é afirmada como elemento central e passa a se concretizar num potente fazer educativo que tem

impulsionado a constituição da Pedagogia do Movimento (MST, 1996; 2005; 2013; 2017; Caldart, 2004).

Assim, a elaboração e a sistematização de uma proposta educativa, sustentada na ação concreta do Movimento Social, passa a incidir nos espaços de educação dos Sem Terra, dando corpo à práxis educativa do MST. A efetividade desse processo se dá no âmbito formal das escolas, na formação de educadores(as) e/ou no fazer da própria luta em seu cotidiano. Isso expressa seu potencial na conexão entre processos educativos e a materialização da Agroecologia na efetividade da Reforma Agrária Popular.

Tais elementos nos permitem considerar como ponto central dessa produção a robusta e consistente elaboração prático-teórica do MST, seja na formulação de sua proposta educacional, ou na efetivação da Agroecologia como estratégia do conjunto da organização dos Sem Terra, anunciada e efetivada nas últimas décadas. Essas iniciativas têm orientado e sustentado inúmeros processos de formação, nos quais destaca-se a formação de educadores(as), com a concretização dos Cursos Básicos de Agroecologia e Educação (MST, 2023), viabilizada em sete edições regionais entre 2016 e 2023, nas diferentes regiões do país.

Nesse contexto, apreender o processo de inserção da Agroecologia na agenda político-organizativa do MST, em suas conexões com a educação e no fazer da formação de educadores(as) no contexto da Reforma Agrária Popular, em especial, nos Cursos Básicos de Agroecologia e Educação, coloca-se como objetivo central da presente elaboração.

2 Metodologia

Do ponto de vista metodológico, para elaboração do presente artigo, assumiu-se a pesquisa bibliográfica como aquela que permite ao(a) pesquisador(a) estabelecer contato direto com o que foi elaborado sobre determinado tema (Marconi; Lakatos, 2003, p. 183). Assim, a pesquisa bibliográfica, ou em fontes secundárias, permite considerar a elaboração já tornada pública em relação ao tema de estudo. Já a pesquisa documental ou de fontes primárias, conforme indicam Marconi e Lakatos (2003, p. 174), tem como característica principal realizar-se junto a documentos de “primeira mão”, oriundos dos próprios órgãos que fizeram as observações ou realizaram as ações. Nesse quadro, a pesquisa documental engloba materiais que não receberam tratamento analítico e que podem servir como fonte de informação.

Considerados tais indicativos metodológicos, no presente artigo, tendo por base a pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental, num primeiro momento, são sistematizados e analisados elementos relacionados à constituição histórica da luta pela terra no Brasil, voltando-se para o delineamento do debate e da luta pela educação em tal contexto. Isso permitiu o aprofundamento sobre a consolidação do Setor de Educação no MST e a elaboração de sua proposta educativa. Na sequência, de forma conectada e como expressão da práxis educativa dos Sem Terra, são examinados os fundamentos e a própria constituição da Pedagogia do Movimento (MST, 1996; 2005; 2013; 2017; Caldart, 2004). E por fim, são abordados pontos de reflexão relacionados à inserção da Agroecologia no fazer do MST e sua relação com a educação na práxis educativa efetivada, com destaque para a formação de educadores(as), materializada em sete edições regionais dos Cursos Básicos de Agroecologia e Educação (MST, 2023), entre os anos de 2016 e 2023.

Assim, dentre a robusta elaboração sobre educação no interior do MST, por meio da pesquisa bibliográfica e documental, foi assumida a perspectiva de apreender e analisar elementos relacionados à construção da Pedagogia do Movimento (MST, 1996; 2005; 2013; 2017; Caldart, 2004) em sua conexão com a Agroecologia. Para tanto, no que diz respeito à educação foram tomadas quatro publicações, as quais delineiam e dão concretude a esse processo de construção, sejam elas: o Caderno de Educação 8: Princípios da Educação no MST (MST, 1996); o Caderno de Educação 13: Dossiê MST – Escola (MST, 2005); Plano de Estudos da Escola Itinerante (MST, 2013); e o Caderno de Educação 14: Educação no MST – Memória, Documentos 1987-2015 (MST, 2017). E no que tange à afirmação e construção da Agroecologia na luta dos Sem Terra, tem-se como primeira referência de análise o Programa Agrário do MST (MST, 2024; 2025a) que, juntamente com o Dicionário de Educação do Campo (Caldart *et al.*, 2012), o Dicionário de Agroecologia e Educação (Dias *et al.*, 2021) e os Cadernos de Agroecologia Volumes 1 e 2 (MST, 2020; 2022), evidenciam e dão materialidade às fontes que sustentaram e impulsionaram as análises efetivadas.

Desse modo, a sistematização apresentada no presente artigo, estando conectada à atuação na educação no contexto da luta pela terra e da reforma agrária, a partir da inserção orgânica no Setor de Educação do MST e tendo em conta a pesquisa documental e bibliográfica, toma por referência a elaboração do próprio MST, no intuito de sistematizar e delinear apontamentos analíticos acerca da efetividade da Agroecologia na práxis educativa considerada.

3 A práxis educativa do MST na afirmação da Pedagogia do Movimento

O MST, por meio de seu Setor de Educação, tem tido papel fundamental no fazer relacionado à educação dos Sem Terra e isso, nas últimas quatro décadas, tem impulsionado o aprofundamento e a difusão do debate acerca da educação tanto no interior do Movimento, como para além dele, junto a outros segmentos da sociedade.

O Setor de Educação, como já registrado, está disposto na estrutura organizativa do MST. É o coletivo constituído por sujeitos militantes do Movimento Social que passam a se dedicar à tarefa da educação. Em cada território, o Setor de Educação é organizado conforme a realidade e demandas concretas, tendo suas ações vinculadas à promoção e luta pela garantia da Educação Infantil, da Educação Básica, da Educação Profissional, da Educação Superior e também da pós-graduação, sendo estes elementos sustentadores da práxis educativa na luta pela terra e por reforma agrária.

Desdobrada na própria existência e afirmação histórica do MST, a luta por educação tem seu delineamento nos primeiros acampamentos e passa a ser evidenciada na demanda e na reivindicação do direito à educação das crianças e dos Sem Terra não alfabetizados. Isso deu impulso e exigiu a articulação de espaços específicos de discussão, buscando sua realização concreta. “No começo, a preocupação era o futuro das muitas crianças acampadas; depois, a conquista da escola legal; e, logo em seguida, o tipo de ensino a desenvolver nessa escola [...]” (Morissawa, 2001, p. 239-240).

Conforme Morissawa (2001), o Setor de Educação do MST foi constituído no 1º Seminário Nacional de Educação em Assentamentos, realizado em 1987. Essa atividade resultou na sistematização das primeiras orientações de caráter nacional (MST, 2017), no âmbito da educação escolar.

A partir da década de 1990, o Setor de Educação, concomitantemente com a realização do trabalho educativo nos territórios (acampamentos e assentamentos), veio sistematizando e divulgando um conjunto de materiais (documentos, cadernos e livros) que delineiam a proposta educativa do MST.

Nesse quadro de reflexão e elaboração relacionada à educação no MST, a escola é tida como central, sendo a incidência sobre ela uma das questões propulsoras da reflexão e do fazer educativo no contexto da luta pela terra e por reforma agrária.

[...] de certo modo o eixo continua sendo a escola, mas num sentido bem mais abrangente do que no início. Daí porque a complexidade do nosso trabalho vem aumentando, o que, de um lado, traz algumas dificuldades a mais e, de outro, vem nos permitindo avançar mais rápido na própria reflexão teórica sobre nossa proposta de educação (MST, 1996, p. 5).

Essa apreensão coletiva do MST acerca da educação no seu fazer concreto de luta aponta para a compreensão da necessidade de tratar da escola relacionando-a ao contexto em que está inserida e do qual faz parte. Sendo que isso permite pensar o espaço escolar em outra perspectiva, vinculando-o à luta de classes concretizada na luta dos Sem Terra.

Com tais apontamentos, ao analisar a elaboração do Setor de Educação do MST, constata-se a consolidação de uma trajetória histórica de ocupação da escola, a qual evidencia um processo que tem sua ênfase no direito do Sem Terra à educação, mas uma educação que esteja atrelada à sua luta. Uma educação que trabalhe e ajude a responder aos desafios formativos que a luta pela reforma agrária exige (Leite, 2017).

Nesse processo, é evidenciado um esforço que nutre a potencialidade da práxis educativa do MST. Isso, por sua vez, dá corpo à Pedagogia do Movimento (Caldart, 2004), conforme expresso pelo próprio MST (1996; 2005; 2013; 2017) e amplamente aprofundado em inúmeras pesquisas e elaborações acadêmico-científicas, conforme indica Souza (2020).

A Pedagogia do Movimento (Caldart, 2004), delineada a partir do fazer concreto da educação e da elaboração no interior do MST (1996; 2005; 2013; 2017), é a forma com que o projeto educativo e o trabalho com a educação dos Sem Terra passaram a ser identificados a partir do final da década de 1990 (Caldart, 2012). Seus embriões estiveram presentes nas práticas educativas com crianças, jovens e adultos, desenvolvidas nas primeiras ocupações de terra realizadas no Brasil, ainda no final da década de 1970 e início da década de 1980, estando presente na própria gênese do Movimento Social.

A formulação teórica da Pedagogia do Movimento (MST, 1996; 2005; 2013; 2017; Caldart, 2004) tem como base a ação educativa desenvolvida pelo MST, a qual coloca-se também como herdeira da Educação Popular (Paludo, 2001), com base na elaboração de Paulo Freire (Freire, 2005) e da Pedagogia Socialista, conforme registra Freitas (2009).

Quando considerado o fazer educativo do MST e a formulação da Pedagogia do Movimento (MST, 1996; 2005; 2013; 2017; Caldart, 2004), em sua relação com a Educação Popular (Paludo, 2001; Freire, 2005), é possível verificar que,

[...] ao associar o debate relacionado à educação aos problemas e necessidades presentes no conjunto da sociedade, sobretudo entre os trabalhadores, isto produz

entre os mesmos um novo entendimento relacionado à educação, pois ela passa a ser vista também como possibilidade de tensionar a realidade objetiva no sentido de construir os questionamentos capazes de compreender a educação como prática social (Verdério, 2011, p. 56).

Já no que diz respeito à Pedagogia Socialista (Freitas, 2009) em sua conexão com a Pedagogia do Movimento (MST, 1996; 2005; 2013; 2017; Caldart, 2004), Silva (2020, p. 272) registra que a análise sobre o fazer educativo do MST permite

[...] inferir a tese de que a Pedagogia do Movimento constitui-se como uma Pedagogia Socialista de origem camponesa, que assume a Reforma Agrária Popular e suas decorrências nos diversos campos da vida social (produção, educação, saúde, etc.) na radicalidade do tensionamento às possibilidades contraditórias a serem construídas sob o capital, tendo no horizonte a necessária transformação social e destruição da sociedade burguesa e do Estado que a sustenta.

Estando sustentado nas experiências históricas dos(as) trabalhadores(as) em luta, o MST, a partir da década de 1990, passa a sistematizar os marcos orientadores e fundantes do seu fazer educativo. Ao considerar tal processo, Mariano (2023, p. 108) identifica que, “em julho de 1996, foi publicado o caderno de Educação nº 8: Princípios da Educação no MST, que apresentou os princípios filosóficos e os princípios pedagógicos, fornecendo balizas para o trabalho da educação, forjadas pela prática desenvolvida [...]”.

Esse percurso de formulação que dá base para o delineamento da Pedagogia do Movimento (MST, 1996; 2005; 2013; 2017; Caldart, 2004), de acordo com Caldart (2015, p. 23), é constituído por algumas fontes principais, sejam “[...] aquelas relacionadas aos caminhos para se chegar à ‘escola diferente’, que depois entendemos que se tratava dos caminhos de uma transformação radical da escola enquanto instituição formatada pela sociedade capitalista”.

Assim, é crível verificar que “a relação do MST com a educação é, pois, uma relação de origem: a história do MST é a história de uma grande obra educativa. E quanto mais claro fica o projeto histórico do Movimento, mais importância os Sem Terra atribuem para a educação” (MST, 2005, p. 236). Esse entendimento da relação de origem entre projeto histórico e educação no MST inicia-se pela escola, pela formulação coletiva sobre educação, tendo por referência os objetivos formativos e sociais, que remetiam a um olhar para além da escola (Caldart, 2015). Assim, buscou-se desde as primeiras formulações a construção de uma educação que estivesse atrelada aos grandes objetivos do Movimento Social, suas finalidades sociais e às exigências formativas da luta por terra, pela reforma agrária e por transformação social, por compreender que a tarefa de modificar a ordem social requer seres humanos com domínio dos conhecimentos, que contribuam na condução dos processos sociais e produtivos. Logo, diz

respeito à formação de sujeitos que saibam trabalhar e viver coletivamente tendo como referência processos de humanização e o projeto socialista de sociabilidade (Leite, 2017).

Foi com a associação e diálogo entre prática e teoria, na disposição de sua práxis educativa, que o MST fundamentou uma concepção de educação que vai além da escola, mas que objetiva estar presente nela. Essa apreensão permite entender o próprio Movimento Social enquanto um sujeito pedagógico, no qual a vivência na dinâmica da luta também é uma experiência educativa, assim como é o trabalho e a participação política (MST, 2013).

Nesse quadro, Mariano (2023, p. 8), nos indica que “[...] a teoria educacional do MST é fruto da materialidade em que os Sem Terra foram fazendo a luta pela terra e pela educação, que produz desde suas práticas um projeto de educação determinado, em última instância, pelo confronto da luta de classes [...]. Assim, o MST, enquanto uma coletividade em movimento, se assume enquanto um sujeito pedagógico. No forjar da luta, a organização dos Sem Terra passa a atuar intencionalmente no processo de formação humana das pessoas que dele participam, por meio dos processos políticos, econômicos e socioculturais que integram sua dinâmica. Ou seja, a partir da inserção organizada dos Sem Terra no MST, a educação é entendida como formação humana e não apenas instrução ou mesmo acesso ao conjunto da produção cultural de uma sociedade. Assim, a educação se dá em seu caráter de processo intencional de busca do desenvolvimento integral do ser humano. Processo intencional que é planejado e organizado objetivamente e por coletivos, em uma direção determinada, com objetivos explícitos. Assim, “educar é por em ação organizada, e em determinada direção histórica, as matrizes formadoras ou constituidoras do ser humano” (MST, 2013, p. 13).

Esta concepção permitiu que o MST afirmasse a educação enquanto processo de formação humana e destacasse, desde as vivências educativas presentes na forma de organizar a luta pela terra e os acampamentos e assentamentos, matrizes formativas que são constituidoras do ser humano (MST, 2013).

As matrizes formadoras do trabalho, da luta social, da organização coletiva, da cultura e da história, destacadas pela Pedagogia do Movimento (MST, 1996; 2005; 2013; 2017; Caldart, 2004), são compreendidas como elementos materiais, dimensões do agir humano que são essencialmente formadoras ou conformadoras do ser humano no sentido de constituir-lhe determinados traços que não existiriam sem a atuação desta matriz/desse agir (MST, 2013). O trabalho sobressai-se entre as matrizes enquanto atividade humana criadora, como princípio

educativo, como a matriz primeira ou basilar da constituição do ser humano, como ser social e histórico, como sujeito de práxis (MST, 2013).

Nessa concepção, “[...] as pessoas se formam pela inserção em um determinado meio, sua materialidade, atualidade, cultura, natureza e sociedade” (MST, 2013, p. 12). É fundamentalmente por meio do trabalho, enquanto característica distintiva do gênero humano, que permite a reprodução da vida. É a própria vida humana na sua relação com a natureza, na construção do mundo (MST, 2013). Como categoria educativa central, o trabalho possibilita a produção da cultura ao mesmo tempo que fornece os meios de se forjarem no interior da luta da classe trabalhadora novas histórias humanas. Histórias de vida plenas pautadas em novas formas de organização do trabalho. Em outras palavras, o trabalho “produz também a classe trabalhadora capaz de se organizar e lutar pelo seu direito ao trabalho e pela superação das condições de alienação que historicamente o caracterizam, participando assim do movimento da história” (MST, 2013, p. 15).

Nesse contexto, a Pedagogia do Movimento (MST, 1996; 2005; 2013; 2017; Caldart, 2004) é afirmada como uma práxis educativa – concepção de educação, de formação humana e de escola – que não é hegemônica na história das teorias da educação, e que não está também na base de constituição da instituição escolar. “Trata-se de uma concepção de base histórica, materialista e dialética para a qual é preciso considerar centralmente as condições de existência social em que cada ser humano se forma” (MST, 2013, p. 15).

Para tanto, comprehende-se que no contexto da luta concreta, é inconcebível um projeto educativo desconexo das relações sociais em que os sujeitos estão inseridos na realização do trabalho pedagógico (MST, 2013). A formação da consciência se dá na vivência das relações sociais, e “[...] elas são históricas, como o são os objetivos formativos e todos os processos educativos. E não há desenvolvimento histórico (social e pessoal) sem contradições e as decisões tomadas para enfrentá-las” (MST, 2013, p. 15).

O sentido do fazer educativo do MST fundamenta-se na luta por qualificar sua práxis educativa rumo ao desenvolvimento das riquezas humanas, de modo articulado às estratégias políticas do MST na construção da Reforma Agrária Popular (MST, 2014). Isso se dá estrategicamente vinculado à Agroecologia, às lutas sociais e à relação com outras organizações de trabalhadores(as) para formar lutadores(as) do presente e construtores(as) da tão sonhada sociedade socialista (Leite, 2017).

Assim, sustentado em seu fazer na luta pela terra, nas últimas quatro décadas no Brasil, na concretização da Pedagogia do Movimento (MST, 1996; 2005; 2013; 2017; Caldart, 2004), o MST passa a se organizar para dar conta da efetividade das tarefas vinculadas à educação, delineando sua práxis educativa com ações junto: à Educação Infantil; às escolas de Ensino Fundamental e Médio; à Educação de Jovens e Adultos; aos Cursos Técnicos; aos Cursos Formais; e à Formação de Educadores(as), as duas últimas compreendendo os cursos de graduação e pós-graduação realizados em parcerias com as Universidades.

4 Conexões entre Agroecologia e educação no fazer educativo no MST

Considerada a práxis educativa dos Sem Terra, constituída no fazer da educação e na construção da Pedagogia do Movimento (MST, 1996; 2005; 2013; 2017; Caldart, 2004), nas últimas décadas – a partir do ano de 2000 – tem-se verificado a potencialidade da relação educação e Agroecologia no interior do MST.

Tomada por referência a inserção da Agroecologia no contexto da práxis educativa do MST, é fundamental considerar sua relação com a luta e com a proposição mais geral formulada no contexto da luta pela terra e por reforma agrária. Nessa perspectiva, destaca-se que “a Agroecologia tem sido reafirmada por um conjunto de sujeitos sociais, organizações, instituições de pesquisa e ensino como ciência, um enfoque ou disciplina específica, como prática (social) e como movimento ou luta política” (Guhur; Silva, 2021, p. 59).

Foi com a realização do 4º Congresso Nacional – 2000 que se verificou o anúncio dos “Compromissos do MST com a TERRA e com a VIDA”. Naquela oportunidade, o MST registrou a compreensão sobre a necessidade de “Aperfeiçoar sempre nossos conhecimentos sobre a natureza e a agricultura” e “Producir alimentos para eliminar a fome na humanidade”, “Evitar a monocultura e o uso de agrotóxicos” (MST, 2001, p. 38).

Já em meados dos anos 2000, ao delinear as linhas políticas em seu 5º Congresso Nacional – 2007, o MST assume o compromisso de “Difundir as práticas de agroecologia e técnicas agrícolas em equilíbrio com o meio ambiente [...]” (MST, 2007, p. 1).

E em 2014, em seu 6º Congresso Nacional, o MST assume a Agroecologia como um dos elementos sustentadores de seu Programa Agrário (MST, 2014).

Tendo presente a estratégia política e a ação do MST na construção da Agroecologia, sobretudo a partir de seu 4º Congresso Nacional, isso vai sendo adensado nos Congressos e

anos subsequentes. Desta forma, a Agroecologia passa a ocupar maior centralidade no programa político do MST, tanto do ponto de vista da concepção e da abordagem, como na ação concreta nos territórios. A inserção da Agroecologia na práxis do MST tem qualificado a própria análise da atuação do capital no campo, compreendendo a necessidade de afirmar e construir a Agroecologia e a Reforma Agrária Popular como força social e hegemonia alternativa para enfrentar o problema da fome e da desigualdade social no Brasil (Loureiro *et al.*, 2023).

Todo esse processo tem impulsionado uma rica e consistente elaboração que anuncia e registra as conexões entre Agroecologia e educação na práxis educativa dos Sem Terra. Tal assertiva pode ser verificada conforme expresso no Quadro 1.

QUADRO 1 – PRODUÇÃO DE MATERIAIS E ATIVIDADES QUE IMPULSIONARAM O DEBATE SOBRE EDUCAÇÃO EM AGROECOLOGIA NO MST

Continua

Ano	Atividade
2000	Realização do 4º Congresso Nacional do MST.
2001	Publicação do Caderno Somos Sem Terra, o qual traz os “Compromissos do MST com a TERRA e com a VIDA”, firmados no 4º Congresso Nacional do MST.
	Realização do Concurso Nacional Terra e Vida.
2004	Realização do Concurso Nacional As sementes são patrimônio da humanidade.
2007	Realização do 5º Congresso Nacional do MST.
2010	Publicação do Caderno de Educação: Agroecologia, Soberania Alimentar e Cooperação. Setembro de 2010. Organizado por Maria N. R. Araújo, Elisiani V. Tiepolo, Maria C. Vargas, José M. Tardin, Luzeni F. de O. Carvalho e Fábio S. H. de Carvalho.
2012	Publicação do Dicionário da Educação do Campo. Rio de Janeiro, São Paulo. Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular. Organizado por Roseli S. Caldart, Isabel B. Pereira, Paulo Alentejano e Gaudêncio Frigotto.
	Realização do Seminário Educação Politécnica e Agricultura Camponesa, de 14 a 16 de março, no Instituto de Educação Josué Castro (IEJC), no Rio Grande do Sul, com 65 participantes.
	Realização do Seminário sobre formas de organização do Plano de Estudos, Educação Politécnica e Agricultura Camponesa, de 15 a 17 de novembro, no IEJC, no Rio Grande do Sul, com 87 participantes.
2014	Realização do 6º Congresso Nacional do MST.
	Realização do Seminário sobre o Ensino das Ciências da Natureza nas Escolas do Campo, de 10 a 12 de abril, no IEJC, no Rio Grande do Sul, com 122 participantes.
	Realização do 1º Seminário de Educação do Campo e Agroecologia, de 23 a 25 de novembro, na Escola Popular de Agroecologia e Agrofloresta Egídio Brunetto (EPAAEB), na Bahia, com 80 participantes.
	Início do Curso de Especialização em Agroecologia e Educação do Campo, parceria entre Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF) e Universidade de São Paulo (USP), com 50 participantes.
2015	Publicação do Boletim da Educação nº 13 Alimentação Saudável: um direito de todos! – Jornada Cultural Nacional.
	Início da Jornada Cultural Nacional: Alimentação Saudável, um direito de todos! e publicação do Boletim da Educação nº 13 de orientações e textos de estudo da Jornada.
	Publicação do Caderno De onde vem nossa comida? Expressão Popular, São Paulo, 2015.
	Realização do 2º Seminário de Educação do Campo e Agroecologia, de 15 a 17 de outubro, na EPAAEB, na Bahia, com 70 participantes.
2016	Realização do Seminário sobre Educação em Agroecologia nas Escolas do Campo da Região Sul, de 16 a 18 de junho, no IEJC, no Rio Grande do Sul, com 75 participantes.
	Realização do I Curso Básico de Agroecologia e Educação da Região Nordeste, de 5 a 11 de setembro, na EPAAEB, na Bahia, com 64 participantes.

Termina

Ano	Atividade
2017	Publicação do Livro Caminhos para Transformação da Escola 4: Trabalho, agroecologia e estudo nas escolas do campo. São Paulo. Expressão Popular. Organizado por Roseli S. Caldart, Miguel E. Stedile e Diana Daros.
	Publicação do Livro Agroecologia na Educação Básica: questões propositivas de conteúdo e metodologia. São Paulo. Expressão Popular. Organizado por Dionara S. Ribeiro, Elisiani V. Tiepolo, José M. Tardin, Luiz Zarref, Maria C. Vargas, Neusa L. R. Lopes e Nivia R. da Silva.
	Realização do II Curso Básico de Agroecologia e Educação da Região Nordeste, de 3 a 11 de julho, no Centro de Formação João Pedro e Elizabeth Teixeira, na Paraíba, com 70 participantes.
2018	Realização do III Curso Básico de Agroecologia e Educação da Região Nordeste, de 12 a 22 de agosto, no Centro de Formação Frei Humberto, no Ceará, com 100 participantes.
	Início do Curso de Especialização em Agroecologia e Educação, parceria entre a EPAAEB e a Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV), com 40 participantes.
2019	Publicação do Caderno Agroecologia: guia metodológico para educadores(as) das escolas do campo. Organizado por Ana C. Hammel, Analize de S. M. Campos, Leonardo Xavier, Natacha E. Janata, Pedro I. Christoffoli, Renata Gadelha e Thaile C. V. Lopes.
	Realização do IV Curso Básico de Agroecologia e Educação da Região Nordeste, de 27 de junho a 8 de julho, no Centro de Formação Paulo Freire, em Pernambuco, com 100 participantes.
2020	Início da implementação do Plano Nacional Plantar Árvores, Produzir Alimentos Saudáveis.
	Publicação do Caderno de Agroecologia Plantar árvores, Produzir Alimentos Saudáveis, volume 1.
2021	Publicação do Dicionário de Agroecologia e Educação. Rio de Janeiro, São Paulo. Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio. Expressão Popular. Organizado por Alexandre P. Dias, Anakeila de B. Stauffer, Luiz H. G. de Moura e Maria C. Vargas.
2022	Publicação do Caderno da Ação Pedagógica - Viver é Lutar! Construir Reforma Agrária Popular! Organizado por José M. Tardin, Dominique M. P. Guhur, Nilciney Toná, Adilson V. de Matos, Josué Roque e Jackson R. Silva.
	Publicação do Caderno de Agroecologia Plantar árvores, Produzir Alimentos Saudáveis, volume 2.
2023	Publicação do Boletim da Educação nº 17 Cursos Básicos de Agroecologia e Educação: Orientação geral e texto para estudo.
	Realização do V Curso Básico de Agroecologia e Educação da Região Nordeste, de 10 e 16 de setembro, no Centro de Formação Patativa do Assaré, no Rio Grande do Norte, com 130 participantes.
	Realização do I Curso Básico de Agroecologia e Educação da Região Sul, de 3 a 9 de setembro de 2023, na Escola 25 de Maio, em Santa Catarina, com 120 participantes.
	Realização do I Curso Básico de Agroecologia e Educação da Região Amazônica, de 4 a 9 de setembro, na Casa Familiar Rural Açaílândia, no Maranhão, com 100 participantes.
2024	Publicação da Versão atualizada da Cartilha Programa Agrário do MST – Textos para debates, julho de 2024.
	Publicação do Livro Caminhos para Transformação da Escola 4: a formação de educadores do campo e a construção da Pedagogia Socialista. São Paulo. Expressão Popular. Organizado por Caroline Bahniuk e Paulo R. de S. Silva

FONTE: Adaptado pelos autores e pela autora a partir de Verdério e Silva (2024).

Conforme expresso no Quadro 1, entre 2000 e 2024, é destacada a publicação de quinze cadernos, boletins e livros voltados para a temática da Agroecologia e educação no contexto do MST. Concomitante a esse processo de elaboração, verificou-se a promoção de dois Concursos Nacionais, de uma Jornada Cultural e do Plano Nacional Plantar Árvores, Produzir Alimentos Saudáveis. Na formação de educadores(as), tem-se, a título de exemplo, a realização de dois Cursos de Especialização e de seis Seminários Regionais, contabilizando-se ainda a

concretização de sete edições regionais do Curso Básico de Educação e Agroecologia voltados para educadores(as) das escolas do campo em áreas de reforma agrária, dentre outros sujeitos.

Foi no 6º Congresso Nacional, realizado em 2014, que o MST, com o lema “Lutar, Construir Reforma Agrária Popular!”, apresentou à sociedade brasileira seu Programa Agrário (MST, 2014). Naquela oportunidade, a proposta de Reforma Agrária Popular foi delineada, tendo a Agroecologia e a Educação do Campo grandes destaques na proposição.

Em continuidade da luta e de sua elaboração, de acordo com Verdério e Silva (2024, p. 5), o MST, no processo de preparação de seu 7º Congresso Nacional, organizou e publicou “[...] a versão atualizada da cartilha Programa de Reforma Agrária Popular (MST, 2024), na qual elenca os dez pilares de seu Programa de Reforma Agrária Popular, tendo a Agroecologia especial destaque, na sua conexão com os processos educativos nos territórios de reforma agrária”.

Nesse contexto, ao tratar da Educação do Campo, o MST reconhece e afirma em seu Programa Agrário (MST, 2024; 2025a) ações em defesa da educação e da escola pública como um direito universal do ser humano, vinculado à Pedagogia do Movimento (MST, 1996; 2005; 2013; 2017; Caldart, 2004) e a uma práxis agroecológica e emancipadora, dedicada à construção da luta socialista, expressa nos seguintes termos:

Fortalecer a ciência, pesquisa e estudo com base na produção da agricultura camponesa e familiar, através do fortalecimento da atuação das universidades, Institutos Federais, da extensão rural, da pesquisa e das escolas de agroecologia; Incentivar cursos técnicos de agroecologia, administração, agroindústria e cooperativismo em todos os níveis nas áreas de assentamento, vinculadas às escolas do campo; Garantir que o Projeto Político Pedagógico das escolas seja construído com a participação da comunidade escolar, com os princípios da educação do MST e as práticas agroecológicas, contextualizado pelas realidades socioculturais dos biomas, respeitando a diversidade étnico-racial, sexual e de gênero; Implementar programas de formação e projetos de experimentação e pesquisa em agroecologia, vinculados a escolas de educação básica, profissional e superior, com a inclusão da agroecologia como componente curricular e como matriz tecnológica [...] (MST, 2025a, p. 57-64).

Tal elaboração evidencia a relação Agroecologia e educação no contexto do MST, desdobrando-se na concretização dos processos formativos nos territórios de reforma agrária, estando sustentada ainda na própria formulação e construção contínua da Pedagogia do Movimento (MST, 1996; 2005; 2013; 2017; Caldart, 2004). Isso tem fomentado a rica e potente produção de materiais sobre a temática e, ao mesmo tempo, tem impulsionado e potencializado a práxis educativa dos Sem Terra, que também passa a estar sustentada nas conexões entre educação e Agroecologia, no fazer das escolas e, em especial, na formação de educadores(as).

No que diz respeito ao fazer da escola no contexto do MST, conforme destaque registrado por Silva e Martins (2024, p. 232),

As potencialidades educativas identificadas se revelam na relação das atividades de Agroecologia com o trabalho, com a auto-organização, o envolvimento das comunidades, o trabalho coletivo de professores(as) e de estudantes o acesso ao conhecimento agroecológico. Ganhando destaque também o potencial da Agroecologia na Educação Básica por suscitar e aprofundar discussões na escola e/ou nas comunidades sobre as diversas contradições da sociedade atual, como a produção e consumo de alimentos, a soberania alimentar, uso e consequências dos agrotóxicos, contaminação das minas de água, a destruição dos bens naturais e, em síntese, ela suscita discussões sobre o projeto de campo e de sociedade, sobre a mercantilização da vida e dos direitos humanos, sobre a necessidade de transformação social.

Do ponto de vista metodológico do trabalho educativo nas escolas, é possível verificar o potencial do processo de pesquisa com o Inventário da Realidade, conforme proposto por Ribeiro *et al.* (2022). Essa ação tem possibilitado instrumentos de levantamento etnográfico do meio social, natural, econômico e cultural. Isso tem permitido uma rigorosa relação do estudo e do trabalho com as relações sociais e ecológicas (Ribeiro *et al.*, 2022), o que leva a explicitar dimensões da realidade que impulsionam o estudo das bases das ciências, da filosofia e da arte e de trabalho com a Agroecologia nas suas inter-relações e na abordagem dos agroecossistemas como totalidade (Caldart, 2016; Leite; Conceição, 2020). Nesta abordagem, o estudo da Agroecologia tem sido promovido nas escolas nas áreas de reforma agrária, com uso do Inventário da Realidade (Ribeiro *et al.*, 2022), essencialmente no que diz respeito à compreensão do desenvolvimento histórico e das transformações do território, na construção de mapas da biodiversidade dos agroecossistemas, evidenciando os sistemas de produção e suas contradições, o trabalho e o uso de tecnologias presentes nos mesmos (Leite; Sapelli, 2020).

Também as apreensões de Verdério e Santos (2022, p. 14) evidenciam a potencialidade das práticas agroecológicas no contexto escolar, com o destaque para as ações vinculadas ao Plano Nacional de Plantio de Árvores e Produção de Alimentos Saudáveis, o qual tem fomentado o desenvolvimento de inúmeras ações, com desdobramentos junto aos estudantes, seus familiares e as comunidades.

Já no que tange à formação de educadores(as), como já registrado, os Cursos Básicos de Educação e Agroecologia têm sido efetivados como espaços profícuos de promoção na inserção da Agroecologia na práxis educativa do MST, impulsionando a construção contínua da Pedagogia do Movimento (MST, 1996; 2005; 2013; 2017; Caldart, 2004). Neste ínterim, a Região Nordeste do Brasil toma destaque:

Nessa caminhada, não partimos do zero; nos inspiramos nos aprendizados construídos nos Cursos Básicos de Agroecologia e Educação da Região Nordeste, onde já ocorreu quatro edições – nos estados da Bahia (2016), da Paraíba (2017), do Ceará (2018) e de Pernambuco (2019), tendo como público principal educadores e educadoras das escolas do campo [...] (MST, 2023, p. 5).

Ações essas que depois são desdobradas em nível nacional com a ocorrência dos Cursos Básicos de Agroecologia e Educação nas Regiões Sul, Nordeste e Amazônica a partir de 2023.

Para Vargas, Gomes e Wanderley (2024, p. 78), os Cursos Básicos de Agroecologia e Educação, a partir da experiência na Região Nordeste, têm “[...] demonstrado que existe a possibilidade de avançarmos na reflexão dos desafios que o MST aponta para a construção da práxis agroecológica, inclusive por ser um espaço que envolve educadores(as) das Escolas do Campo [...]”. Sustentadas em tal apreensão, as autoras enfatizam ainda a importância da construção “[...] de um plano de formação de educação e Agroecologia no MST, de forma ampla, projetando a formação de formadores em Agroecologia no próximo período – envolvendo as(os) educadoras(es) como sujeitos na construção do que queremos do sistema agrário agroecológico” (Vargas; Gomes; Wanderley, 2024, p. 78).

Considerado o conjunto de materiais elaborados, as ações elencadas e sua efetividade como produção concreta do MST, verifica-se a inserção da Agroecologia na práxis educativa dos Sem Terra, com desdobramentos concretos nos processos educativos nos territórios de reforma agrária, sendo a formação de educadores(as) um fator fundamental desse processo. Isso se traduz na efetividade dos Cursos Básicos de Agroecologia e Educação que, juntamente com outras ações (Seminários, Cursos de Especialização, Concursos Nacionais, Jornada Cultural e o Plano Nacional de Plantio de Árvores e Produção de Alimentos Saudáveis), coloca-se como sustentadora da práxis educativa do MST, com desdobramentos no fazer da escola e para além dela.

Dada a expressão da práxis educativa do MST, verifica-se que a inserção das escolas das áreas de reforma agrária nos processos de massificação das bases científicas da Agroecologia coloca-se como uma tarefa impreverível, por ampliar o sentido formativo dos processos educacionais e da própria escola do campo. Como indicam Loureiro *et al.* (2023), isso passa, fundamentalmente, por reafirmar as raízes da Educação do Campo e fortalecer seu papel político, ético, organizativo e pedagógico na atualidade. E evidencia importantes caminhos para transformação da escola e da ressignificação de sua função social e ambiental na luta pela defesa dos territórios e na formação de sujeitos coletivos que se reconheçam enquanto guardiões da biodiversidade. Tarefa na qual educadores(as) que atuam nas escolas do

campo nas áreas de reforma agrária têm papel fundamental, por isso, a formação de educadores(as) é uma necessidade imprescindível para a promoção e intensificação de tais processos.

5 Considerações finais

Ao analisar a inserção da Agroecologia na práxis educativa do MST, foi possível constatar uma consistente e significativa trajetória de elaboração e de ações concretizadas. As elaborações identificadas são constituídas como produtos e, de maneira concomitante, se colocam como importantes subsídios na realização de ações de promoção das conexões entre Agroecologia e educação no contexto da luta pela terra, por reforma agrária e por transformações sociais.

Entre os anos de 2000 e 2024, dentre as ações identificadas na presente investigação, e que têm promovido a inserção da Agroecologia na práxis educativa dos Sem Terra, situa-se a concretização dos Concursos Nacionais (2001 e 2004), da Jornada Cultural (2015-2017) e do Plano Nacional Plantar Árvores, Produzir Alimentos Saudáveis (a partir de 2020). Junto a isso, no âmbito da formação de educadores(as), além dos Cursos de Especialização e dos Seminários referenciados, foi identificada a realização dos Cursos Básicos de Agroecologia e Educação que assumem a condição de ações fundamentais na promoção das conexões entre Agroecologia e educação na práxis educativa do MST.

O conjunto de materiais e ações identificado evidencia a inserção da Agroecologia na construção e na afirmação da Pedagogia do Movimento (MST, 1996; 2005; 2013; 2017; Caldart, 2004), com incidência direta na formação de educadores(as). Essa realidade expressa de maneira objetiva a consolidação das conexões entre Agroecologia e educação no fazer educativo dos Sem Terra.

Tal concretização coloca-se como resultado e elemento impulsionador da resistência e do fortalecimento do desenvolvimento territorial camponês e da luta pela terra no país, bem como como ponto estruturante do Programa de Reforma Agrária Popular defendido pelo MST, no qual a educação e sua relação com a Agroecologia são centrais.

Referências

- CALDART, R. S. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**. São Paulo: Expressão Popular, 2004. 439 p.
- CALDART, R. S. Educação do Campo. In: CALDART, R.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. (Orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 257-264.
- CALDART, R. S. Desafios do vínculo entre trabalho e educação na luta e construção da Reforma Agrária Popular. In: CALDART, R. S.; STEDILE, M. E.; DAROS, D. (Orgs.). **Caminhos para a transformação da Escola 2: Agricultura Campesina, educação politécnica e escolas do campo. Reflexões desde práticas da Licenciatura em Educação do Campo**. São Paulo: Expressão Popular, 2015. p. 177-219.
- CALDART, R. S. **Escolas do Campo e Agroecologia**: uma agenda de trabalho com a vida e pela vida. Porto Alegre, 2016. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/301416870/Escolas-Do-Campo-e-Agroecologia-Roseli-Fev16-1>. Acesso em: 27 set. 2025.
- CALDART, R.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. (Orgs.) **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, São Paulo: Expressão Popular, 2012.
- DIAS, A. P.; STAUFFER, A. de B.; MOURA, L. H. G. de; VARGAS, M. C. (Orgs.). **Dicionário de Agroecologia e Educação**. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, São Paulo: Expressão Popular, 2021. 816 p.
- FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 43. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005. 213 p.
- FREITAS, L. C. de. A luta por uma pedagogia do meio: revisitando o conceito. In: PISTRAK, M. M. (Org.). **Escola-Comuna**. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 9-104.
- GUHUR, D.; SILVA, N. R. da. Agroecologia. In: DIAS, A. P.; STAUFFER, A. de B.; MOURA, L. H. G. de; VARGAS, M. C. (Orgs.). **Dicionário de Agroecologia e Educação**. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, São Paulo: Expressão Popular, 2021. p. 59-72.
- LEITE, V. de J. **Educação do campo e ensaios da escola do trabalho**: a materialização do trabalho como princípio educativo na escola itinerante do MST Paraná. 311 p. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, 2017.
- LEITE, V. de J.; CONCEIÇÃO, L. A. Práticas educativas de introdução a agroecologia nas Escolas Itinerantes do Campo do Paraná. **Ambiente e Educação - Revista de Educação Ambiental**, v. 25, n. 2, p. 19-49, 2020. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/ambeduc/article/view/11529/7723> Acesso em: 27 set. 2025.
- LEITE, V. de J.; SAPELLI, M. L. S. Possibilidades de trabalho pedagógico com a agroecologia no caminho para transformação da escola: reflexões desde práticas do MST/Paraná. In.: CALDART, R. S. (Org.). **Trabalho, agroecologia e estudo nas escolas do campo**. São Paulo: Expressão Popular, 2017. p. 78-89. (Coleção Caminhos Para Transformação da Escola, 4)

LOUREIRO, B.; RIBEIRO, D.; BORBA, J. F.; LEITE, V. de J. Plantar árvores e produzir alimentos saudáveis: um desafio para as escolas do campo. In: MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. **Cursos Básicos de Agroecologia e Educação:** orientações gerais e textos para estudo. São Paulo: MST, junho de 2023. p. 81-84. (Boletim de Educação nº 17).

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003. 310 p.

MARIANO, A. S. **História da educação no MST (1979-2022):** da ocupação da terra à ocupação da escola. 361 p. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Campinas, Campinas-SP, 2023.

MORISSAWA, M. **A História da luta pela terra e o MST.** São Paulo: Expressão Popular, 2001. 256 p.

MST – MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **Princípios da Educação no MST.** Porto Alegre: MST, julho de 1996. 32 p. (Caderno de Educação nº 8).

MST – MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **Somos Sem Terra:** Caderno do educando. Veranópolis: ITERRA, 2001. 72 p. (Coleção Pra Soletrar a Liberdade Nº 2).

MST – MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **Dossiê MST – Escola:** Documentos e estudos 1990 – 2001. Veranópolis: Iterra, 2005. 264 p. (Caderno de Educação nº 13).

MST – MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **Carta do 5º Congresso Nacional do MST.** 12 de setembro de 2007. Disponível em: <https://mst.org.br/2007/09/12/linhas-politicas-reafirmadas-no-v-congresso-nacional-do-mst-2007/>. Acesso em: 29 set. 2025.

MST – MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **Plano de Estudos da Escola Itinerante.** Cascavel: Edunioeste, 2013. 300 p.

MST – MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **Programa Agrário do MST.** 3. ed. São Paulo: MST, 2014. 50 p.

MST – MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **Educação no MST – Memória.** Documentos 1987-2015. São Paulo: Expressão Popular, junho de 2017. 197 p. (Caderno de Educação nº 14).

MST – MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **Cadernos de Agroecologia** – Plano Plantar árvores Produzir Alimentos Saudáveis. V. 1. São Paulo: MST, 2020. 67 p.

MST – MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **Cadernos de Agroecologia** – Plano Plantar árvores Produzir Alimentos Saudáveis V. 2. São Paulo: MST, 2022. 105 p.

MST – MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **Cursos Básicos de Agroecologia e Educação:** orientações gerais e textos para estudo. São Paulo: MST, junho de 2023. 156 p. (Boletim de Educação nº 17).

MST – MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **Programa de Reforma Agrária Popular.** São Paulo: MST, versão atualizada em março de 2024. 37 p.

MST – MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **Programa Agrário do MST**. São Paulo: MST, janeiro de 2025a. 72 p.

MST – MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **Página do MST na internet**. Quem Somos. 2025b. Disponível em: <https://mst.org.br/quem-somos/>. Acesso em: 27 set. 2025.

PALUDO, C. **Educação Popular em busca de alternativas**: uma leitura desde o campo democrático popular. Porto Alegre: Tomo Editorial; Camp, 2001. 286 p.

RIBEIRO, A.; LISBOA, A. G.; NASCIMENTO, E. E. do; GODÓI, J. C. de; LIMA, J. F. J. de; SOLDÁ, M.; SAPELLI, M. L. S.; SILVA, R. S. de M.; SILVA, R. A. da; CALDART, R. S.; LEITE, V. de J. Inventário da realidade: orientações e práticas pedagógicas. In: FARIA, M. I.; FINATTO, R.; LEITE, V. de J. (Orgs.). **Inventário da realidade e cartografia social**: possibilidades metodológicas nas escolas do campo. Guarapuava: Apprehendere, 2022. 133p. p. 11-42. Disponível em: <https://rd.uffs.edu.br/handle/prefix/6632>. Acesso em: 27 set. 2025.

SILVA, J. Z. da. **Pedagogia do Movimento como expressão da Pedagogia Socialista**: a prática educativa do MST no II Enera. 296 p. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Cultura e Fronteiras da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Foz do Iguaçu-PR, 2020.

SILVA, J. Z. da; MARTINS, J. F. A Agroecologia nas escolas do campo vinculadas ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra: rumo à construção da reforma agrária popular. @rquivo Brasileiro de Educação, Belo Horizonte, v. 12, n. 22, p. 214-236, 2024. DOI: <https://doi.org/10.5752/P.2318-7344.2024v12n21p214-237>.

SOUZA, M. A. de. Pesquisa Educacional sobre MST e Educação do Campo no Brasil. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 36, p. 1-22, 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/0102-4698208881>.

STÉDILE, J. P.; FERNANDES, B. M. **Brava Gente**: A trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil. 2. ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo; Expressão Popular, 2012. 169 p.

VARGAS, M. C.; GOMES, M. de J. dos S.; WANDERLEY, K. K. dos S. Curso básico de Agroecologia e Educação na região Nordeste. In: BARNIUK, C.; SILVA, P. R. de S. (Orgs.). **Caminhos para transformação da escola 5**: a formação de educadores do campo e a construção da Pedagogia Socialista. São Paulo: Expressão Popular, 2024. p. 69-82.

VERDÉRIO, A. **A materialidade da Educação do Campo e sua incidência nos processos formativos que a sustentam**: uma análise acerca do curso de Pedagogia da Terra na Unioeste. 210 p. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel-PR, 2011.

VERDÉRIO, A.; SANTOS, J. F. dos. Encontros Universidade e Escolas do Campo: apontamentos sobre as práticas pedagógicas no contexto da reforma agrária e a formação de educadores do campo. **Revista Multidisciplinar do Núcleo de Pesquisa e Extensão** (RevNUPE), v. 2, n. 2, p. 1-18, 2022.

VERDÉRIO, A.; SILVA, J. Z. da. **Agroecologia e Educação na Reforma Agrária Popular**. Apresentação no V Encontro Baiano de Educação do Campo (EBEC). UNEB – Campus I: Salvador - BA, no período de 19 a 21 de setembro de 2024. 6 p.

WANDERLEY, K. K. dos S. Projeto Educação e Agroecologia nas Escolas do Campo de Territórios da Reforma Agrária: os fazeres da Escola do Campo Filha da Luta Patativa do Assaré. 222 p. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2025.